

# AUTOGESTÃO: DESEJO E POSSIBILIDADE

Lucas Maia dos Santos

cabeloufg@yahoo.com.br

Às vezes, dizermos o que uma determinada coisa não é, é mais eficaz do que defini-la pelo que ela propriamente é, principalmente quando o objeto da investigação é algo que não existe, ou melhor, algo que ainda-não-existe. Falar de algo possível nos coloca duas questões que devem ser analisadas bem de perto. Em primeiro lugar, surge a limitação de conseguirmos pensar além de nossa experiência ou além das categorias do mundo que nos rodeia. E em segundo lugar, devemos levar em consideração quais são os valores expressos em nossas análises.

Como pensar uma organização social que não seja pautada em critérios mercantis? É possível um mundo além da mercadoria, do dinheiro e do estado? É possível uma forma de organização cuja essência não seja assentada na hierarquia, na autoridade, na alienação do trabalho? Existirá uma sociedade cujas cidades não sejam fragmentadas, repletas de periferias degradadas? De bairros operários? De bairros da burguesia? Haverá uma sociedade cuja totalidade das relações não seja mediada pela mercadoria? É possível pensar em uma forma de organização societária cuja relação dominante não seja: “eu tenho, por que comprei?”, é possível pensar, nestes termos, numa sociedade, na qual não haja o político profissional, o proprietário, o trabalhador (operário, camponês, desempregado etc.), o administrador, o gerente?

Todas estas questões demonstram somente uma coisa, os conceitos e categorias com os quais instrumentalizamos nosso pensamento são um produto genuíno de nossa sociedade. *Naturalizar* o que na realidade é uma produção social é um fenômeno muito comum. Se eu nasci numa sociedade determinada, estruturada de uma determinada maneira, organizada segundo princípios precisos, com valores característicos e meus pais contam que quando eram crianças já era assim, e os pais deles contaram para eles que era assim quando eram crianças, nada mais natural do que considerar que é assim que é, por que sempre foi assim. Isto se dá também em outros espaços de socialização, em nossa sociedade, por exemplo, a escola, a igreja, o local de trabalho etc. são espaços institucionais que produzem com suas

ideologias uma naturalização dos conceitos e categorias existentes em nossa sociedade.

Naturalizar, nos termos que estamos considerando, é o ato, a ação de eternizar, de introjetar relações históricas considerando-as invariavelmente necessárias à reprodução de uma dada organização social. A naturalização é um dos fenômenos fundamentais para compreendermos a aceitação de determinadas relações sociais por grupos e classes sociais distintos. Note que aqui não estou buscando explicar os porquês, as determinações que fazem com que as relações de subordinação e exploração se perpetuem, pois aí muitas outras determinações entram em jogo, tais como: o estado, a ideologia, os valores, as organizações de comunicação etc. Racionalizar é aceitar como invariável, o variável; cotidiano, banal, o essencial; natural, o histórico; enfim, retilíneo, o ondulado. Ou seja, a naturalização impede o pensamento de abstrair a realidade, de analisá-la, de compreendê-la. É necessário, portanto, não nos desvincularmos de nossa realidade social, nem de seus conceitos inextrincáveis, mas pelo contrário, compreender que esta realidade social e os conceitos que lhes são inerentes são determinados historicamente.

Deste modo, é fundamental analisar a burocracia, os proprietários, a mais-valia, os operários, camponeses, desempregados etc. e suas relações recíprocas, pois esta é a materialidade de nosso mundo. Entretanto, é fundamental também, compreender que estes conceitos são produtos da nossa realidade histórica e que esta é permeada de contradições que lhes sustentam, que lhes transformam e que lhes apontam sua dissolução. Analisar as dinâmicas sociais que movimentam nossa sociedade é um começo para compreendermos as possibilidades que estão dadas.

Analisemos agora o segundo aspecto que considero fundamental para pensarmos o possível: os *valores*. É intrínseco aos seres humanos valorar os objetos, as instituições, as relações, os próprios indivíduos etc. Os artistas valoram sua arte, os professores valoram suas aulas, os engenheiros suas pontes, os deístas seu deus, os idólatras seus ídolos. Da mesma forma os “não-artistas” valoram a arte, os alunos, a

aula, os “não-engenheiros” a ponte, os ateus, deus e os “não-idólatras” os ídolos. Porém, de outra maneira. Ou seja, valorar é um prolongamento dos seres humanos a tudo o que nos concerne, a tudo o que nos rodeia.

Deste modo, o que importa é qual valor estamos ou não atribuindo à determinada coisa, relação etc. assim, segundo penso, a autogestão é valorada basicamente de duas maneiras. Ou a valoramos a partir da perspectiva do existente, portanto ela é impossível ou indesejável, ou a valoramos a partir da via do possível, portanto ela é não só realizável, mas desejável. No primeiro caso, naturalizamos nossa realidade histórica por conveniência ou por impotência e no segundo, exercitamos o pensamento a instrumentalizar-se com categorias do ainda-não-existente, do possível e percebemos a realidade como histórica e transitória.



A Libertação do Pensamento

No final, mais do que a pergunta se a autogestão é possível, devemos perguntar se queremos ou não a autogestão. Deste modo, a pergunta de como vamos administrar uma cidade de 10 milhões de habitantes, de quem vai administrar o trânsito, a escola, a igreja

etc. é um subterfúgio que expressa determinados valores e que busca fugir à pergunta central: *queremos a autogestão?* Se sim, devemos considerar em linhas gerais o que concebemos por esta palavra. Mais do que mera palavra, signo, autogestão é conceito que expressa uma realidade possível. Que realidade é esta? O que é autogestão?

Estas duas questões nos conduzem a problemas de difícil solução, que não se resolvem simplesmente com o manejo de categorias abstratas e teóricas. Trata-se na realidade de uma mudança global em todos os níveis das relações sociais. Mudanças de ordem econômica, política, cultural, comportamento sexual, educativo etc. Ou seja, na nossa sociedade, autogestão deve ser concebida de três formas: a) como um processo revolucionário que aniquila a sociedade atual. Processo este que já deve conter em si os fundamentos do que busca construir; b) como a sociedade produzida balizada em outras formas de relações sociais calcadas em princípios organizativos radicalmente diversos, na qual a alienação, exploração, autoridade, hierarquia, poder etc. sejam abolidos; e c) como um conceito, ou seja,

re-produção no pensamento de uma realidade possível em nossa sociedade e concreta numa sociedade revolucionada.

No primeiro caso, devemos concebê-la, tal como fizeram Marx e Engels na *Ideologia Alemã*, quando definiram o comunismo como o movimento real da sociedade que abole o atual estado de coisas. Ou seja, o comunismo, cujo fundamento é a autogestão, não é o futuro, mas sim o movimento autogerido e auto-organizado que põe fim às relações de classe.

Em termos concretos, só podemos conceber a autogestão num movimento cujos princípios organizativos, teóricos, éticos (no sentido da ética humanista tal como Erich Fromm define em *Análise do Homem*) e revolucionários sejam a autogestão. Ou seja, ela é o meio e o fim da revolução. Se seus objetivos e métodos não são autogeridos e auto-organizados, ela estará invariavelmente fadada à conservação, ou em outras palavras, à reprodução diferenciada ou idêntica ao existente, à ordem atual.

Se afirmamos que as coisas se dão desta maneira, resta, e é o que importa, encontrar as determinações que explicam por que ocorrem assim. Na ética autoritária, segundo a qual “os fins justificam os meios”, o que importa é chegar-se ao comunismo, mesmo que seja sobre morticínios os mais brutais, divisão hierárquica dentro dos locais de trabalho e no restante da sociedade, existência de uma burocracia onipotente e incontrolável etc. Ou seja, se no processo a hierarquia, autoridade, poder, violência, privilégios permanecem, por mais que os objetivos sejam a revolução, o comunismo, a autogestão; a autoridade, privilégios, hierarquias adquiridos passam a ser defendidos, pois passam a ser interesses de grupos, classes e indivíduos. Chegamos assim, por exemplo, ao fim da revolução russa em 1921, à edificação das burocracias partidárias e sindicais etc. O século 20 é o testemunho mais vivo destas “revoluções”.

Se no primeiro caso, a autogestão é o processo que degenera esta sociedade, no segundo, é o projeto consumado. Falar dele, é em grande parte especulação, pois as possibilidades históricas são tantas que a própria dinâmica imprevisível, portanto viva, da história não nos permite avaliar com precisão o que é a sociedade autogerida. Mesmo assim, alguns indicativos podem ser lançados ao vento. Levando em consideração as experiências históricas dos movimentos revolucionários e as

produções teóricas sobre eles, podemos colocar em pauta alguns elementos que nos permitem especular mais sobre o que ela não deve ser do que ela realmente deva ser.

Em primeiro lugar, ela não é administração, principalmente administração das instituições desta sociedade. Podemos definir administração, de maneira *lata*, como sendo uma técnica de organizar fluxos de informações, pessoas e objetos dentro de uma organização burocrática, podendo ser privada ou estatal. O objetivo de administrar é fazer com que a organização funcione de maneira objetiva, ordenada, funcional, hierarquizada. A ação de administrar pressupõe o sujeito que administra; esse administrador é imbuído de poder e autoridade concedidos pela organização. Se este burocrata é “justo”, “bom”, “mau” ou “injusto” pouco importa, pois sua função é ordenar os fluxos de informações, pessoas e objetos dentro da organização. O administrador é a personificação do “separado”, tal como Guy Debord definia na sua *Sociedade do Espetáculo*. Em outras palavras, é a velha divisão social do trabalho cuja raiz é o poder (econômico, simbólico, político). Desta maneira, a autogestão é o aniquilamento da administração. Representa o fim da divisão social do trabalho, sendo, portanto, o fim da hierarquia e do poder. Antes de mais nada, autogerir é a criação de novas relações sociais.

Autogerir significa o domínio da vida como um todo. Se em nossa sociedade, vendo meu tempo de vida em troca de um salário, que permita sobreviver para continuar vendendo meu tempo. Numa organização autogerida, o tempo não é vendido, mas organizado para a própria vida. O tempo deixa de ser o padrão de medida do valor para ser o princípio da construção de vida.

Neste sentido, meu trabalho não deve ser alienado, ou seja, tanto o produto, quanto o processo de trabalho deverá ser de meu inteiro conhecimento, sendo, portanto minha objetivação. Meu trabalho deve ser a minha realização, deve ser minha externalização. Não como meio para sobreviver, mas como fim, objetivo de se viver.

Poderíamos elencar aqui um sem número de conceitos e categorias que expressem uma realidade ainda-não-existente. Isto é para mim pensar o possível a partir do existente. E é deste modo que entramos na terceira forma de concebermos a autogestão, ou seja, como um conceito. E ele expressa sempre uma realidade. Como conceito, autogestão refere-se tanto à realidade posta em nossa sociedade, portanto como um processo de destruição, aniquilamento, negação, mas ao mesmo tempo expressa uma realidade ainda-não-existente, sendo desta maneira construtivo, positivo, propositivo.

Fique claro desde já que não se trata de duas realidades separadas, a forma de exposição serve somente para aclarar as idéias e apresentar didaticamente o que é a autogestão. Trata-se na realidade de processos que ocorrem simultaneamente. Ela não é primeiramente destrutiva e em seguida construtiva. É sim destrutiva e construtiva ao mesmo tempo, negativa e positiva simultaneamente! Ou seja, no próprio ato de destruir a sociedade burguesa, delinea-se a construção da sociedade autogerida.

Deste modo, insisto, a pergunta correta não é se a autogestão é possível, mas sim se a desejamos ou não. E no final, há um milhão de perguntas sobre o que fazer com um milhão de coisas. Tudo está por fazer. E é preciso fazê-lo.